

PONTO DE VISTA

Motrivivência Ano XVII, Nº 25, P. 79-102 Dez./2005

O EMBATE DE PROJETOS NA DEFINIÇÃO  
DAS DIRETRIZES CURRICULARES  
NACIONAIS DOS CURSOS DE EDUCAÇÃO  
FÍSICA: contribuições do MEEF para  
formação de professores

Mauro Titton<sup>1</sup>  
Paulo José Riela Tranzilo<sup>2</sup>  
Melina Silva Alves<sup>3</sup>

Resumo Abstract

O estudo trata da posição do MEEF frente ao processo de Reformulação Curricular dos Cursos de Educação Física e o embate de projetos na definição da resolução aprovada no CNE, visando instituir as novas Diretrizes Curriculares Nacionais. Analisa essa reformulação no contexto histórico do franco processo de decomposição do sistema capitalista, situando as Reformas

The study it deals with the position of the MEEF front to the process of Curricular Reformularization of the Courses of Physical Education and the shock of projects in the definition of the resolution approved in the CNE aiming at to institute the new National Curricular Lines of direction. It analyzes this reformularization in the historical context of the frank process of

<sup>1</sup> Mestre/FACED/UFBA e Doutorando em Educação/UFSC

<sup>2</sup> Mestrando em Educação FACED/UFBA

<sup>3</sup> Graduada em Educação Física UFPR

de Estado em curso, a alteração na formação como tática de adaptação do trabalhador às alterações no mundo do trabalho impostas pelo imperialismo e os projetos em conflito para formação nos cursos de Educação Física. Aponta elementos centrais do processo de reformulação e as posições historicamente defendidas pelo MEEF para a formação humana, na direção do projeto histórico socialista.

Palavras-chave: Movimento Estudantil de Educação Física; Formação Humana / Projeto Histórico; Diretrizes Curriculares.

decomposition of the capitalist system, pointing out the Reforms of State in course, the alteration in the formation as tactical of adaptation of the worker to the alterations in the world of the work imposed by the imperialism and the projects in conflict for formation in the courses of Physical Education. It points elements central offices of the process of reformularization and the historical positions defended by the MEEF with respect to the formation human being, in the direction of the socialist historical project.

Keywords: Student Movement of Physical Education; Formation Human being/Historical Project; Curricular lines of direction.

## Introdução

O presente artigo é resultado das pesquisas para apresentação de Monografia no Curso de Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer da Faculdade de Educação da UFBA, a partir de um coletivo de pesquisadores que elaboraram monografias, dissertações e teses sobre a temática Formação de Professores.

Tem o objetivo de analisar o embate de projetos na definição das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Educação Física, a partir das contribuições do Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF), que ao longo desses vin-

te e seis anos, vem realizando debates e defendendo posições deliberadas em Encontros Nacionais, baseadas em bandeiras históricas de luta.

Trazemos algumas considerações históricas do processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física, com base na análise de documentos oficiais, de posições apresentadas pelo CBCE, pelo Confef/Cref e pelo MEEF, para o entendimento crítico das posições distintas acerca das Diretrizes Curriculares, ou seja, para compreensão do conflito de projetos políticos pedagógicos, e o que está prevalecendo na área da Educação Física para formação humana nas escolas.

Valemo-nos do método que permita uma compreensão

profunda da nossa realidade, com instrumentos que nos permitam analisar o que está acontecendo e a partir disso verificar quais as possibilidades de ações estratégicas são necessárias para superação do contexto capitalista de sociedade.

Nesta pesquisa, reconhecemos esse momento dentro do contexto da sociedade que estamos inseridos, sem isolar cada fato ou submeter análise de eixos fora da centralidade do tema. Por isso, tomamos como ponto de partida o atual modelo de produção da vida, o sistema capitalista, para verificar em que grau de desenvolvimento deste ocorre a Reformulação Curricular, quais determinantes influenciam a reconfiguração dos currículos e qual o papel do Movimento Estudantil neste momento de Reformas de Estado e reestruturação do Mundo do Trabalho.

Neste sentido, as contribuições aqui apresentadas têm o direcionamento de fortalecer a luta dos trabalhadores, a partir das reivindicações dos estudantes, para o atendimento da pauta de reivindicação entregue ao CNE e para reabertura do processo de construção das Diretrizes Curriculares para os cursos de Educação Física, bem como somar forças com todos os que se propõem a construção de uma sociedade Socialista, e para tal, uma educação voltada para a formação humana omnilateral.

## Desenvolvimento

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar-se nessa linguagem emprestada (MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 329).

## A Conjuntura na Sociedade de Classes

Para recompor seu poder hegemônico nas relações entre trabalho-capital na perspectiva de subsumi-lo para ampliar margens de lucro, o capital se recompõe com estratégias como os ajustes estruturais, a reestruturação produtiva e as reformas de Estado (FRIGOTTO, 1998; TAFFAREL, 1998; NOZAKI, 2004). Há um grande avanço na

flexibilização, desestatização e terceirização dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal como responsabilidade do Estado, tornando-os mercadoria. Essa reconfiguração no mundo do trabalho é implementada mundialmente através de políticas de ajustes estruturais, que são estratégias do processo neoliberal, impostas aos países em desenvolvimento, de interesse do grande capital financeiro especulativo.

A crise do sistema avança na destruição das forças produtivas, do trabalhador e do meio ambiente, pois busca a todo custo superar o momento de déficit, implementando acordos que forcem os países como o Brasil a se manterem dependentes financeiramente e lucrando através do domínio da força de trabalho assalariada existente no mundo.

As principais conseqüências disso, segundo autores de ciências humanas e sociais, são os indicadores da exaustão do processo civilizatório ou do colapso da modernização: 1) Aproximadamente 70 conflitos bélicos em todo o planeta, envolvendo as grandes nações, utilizando aparato militar nuclear, comprometendo-se direitos, internacional e humanos, de crianças, jovens, mulheres e idosos; 2) exaustão das fontes energéticas, graves problemas ecológicos, da biodiversidade, e outros; 3) destruição do mundo do

trabalho, precarização do trabalho assalariado, exploração do trabalho infantil, desemprego estrutural; 4) falência do Estado de Bem Estar Social, privatizações, retiradas de conquistas trabalhistas; 5) globalização de relações econômicas baseadas na super-exploração da mais-valia e em relações especulativas, à base de Tratados Multilaterais; 6) disparidades entre Norte e Sul, evidentes no crescimento demográfico, no nível de qualidade de vida; 7) crescimento da produtividade do trabalho com a reestruturação produtiva e, contraditoriamente, na crescente miserabilidade ao Sul; 8) endividamento externo, gerado pela especulação e negócios espúrios da elite e governos autoritários, eliminando a autonomia das Nações, deixando como lastro a miséria dos povos; 9) concentração das riquezas e dos meios de produzi-la nas mãos de poucos e, a falta de mecanismos para distribuí-la com equidade social; 10) ajustes estruturais impostos, com a perda da soberania dos Estados periféricos com comprometimento da democracia; 11) perda de legitimidade da racionalidade científica, técnica, ética, política, expressiva, artística, gestada em milênios e também de seus lócus de desenvolvimento e, o anúncio de uma "pós-modernidade", enquanto lógica cultural, impregnada de incertezas, mitos, simulacros, seitas, mís-

ticas, despolitização, desresponsabilização, pornografia, e de um senso comum caótico, que se pretende hegemônico e defende o fim da história; 12) discriminação e eliminação de culturas e etnias, o sexismo, a xenofobia; 13) neutralização política, via assassinatos, retirada, cooptação e neocorporativismo, entre os setores operários e movimentos sociais; 14) a crise do socialismo, expressa no esgotamento de um padrão de transição social que se revelou incapaz de realizar a dupla socialização do poder político e da economia, por estar fundado na burocracia de Estado.

Esses elementos demonstram que a humanidade está em risco de vida e a educação está inserida nesse contexto como mais um bem público a ser privatizado. Segundo Nozaki (2004:96), a estrutura educacional brasileira sofre alterações no modelo de formação para o mundo do trabalho, mas de forma coordenada pelos países ligados, orgânica ou subordinadamente, ao capital internacionalizado, nos quais para além das iniciativas de grupos empresariais na educação, existem dois agentes fundamentais, o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O domínio dessas políticas internacionais submete diretamente os países da América Latina a uma situação de dependência eterna, pois devido à colabo-

ração das elites locais ou de seus entrepostos não rompem com a submissão a esses organismos, mantendo o ciclo de exploração, como resalta Frigotto:

A dimensão mais crucial dos limites do capital e do desenvolvimento capitalista neste final de século é, todavia, o espectro da destruição de postos de trabalho – síndrome do desemprego estrutural – precarização (flexibilização) do trabalho, vinculada, como mencionamos acima, com a abolição dos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora, especialmente e de forma mais ampla em aproximadamente 20 países. Este processo dá-se pela conjugação da globalização excludente, que amplia o desenvolvimento desigual, e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia (FRIGOTTO, 1998: 41).

O governo brasileiro vem ao longo dos anos, desde Collor, passando por FHC - que intensificou a reestruturação educacional baseado nas determinações dos organismos citados -, até hoje no governo Lula, cumprindo essas regras da "nova" ordem mundial e mantendo assim o país sem recursos para as demandas sociais, o que acarreta mais desemprego, mais miséria e mais violência<sup>4</sup>. A edificação das leis e diretrizes para formação, sistemas

de avaliação, parcerias público privadas são passos para a formação de um determinado trabalhador com habilidades e competências para atuar conforme o modelo atual de organização do trabalho e do modo de produção.

O assalto às consciências e o amoldamento subjetivo (TAFFAREL, 1998) caracterizado por essas políticas públicas para a educação, tornam-se evidentes pela ampla privatização do setor educacional e pela fragmentação dos currículos, onde a divisão na formação, o aligeiramento dos cursos, a formação técnica e restrita são sinais concretos da necessidade do capital de formar novos trabalhadores adaptados e obedientes às reestruturações do modelo de produção capitalista.

Em contrapartida a esse avanço do imperialismo, os movimentos organizados respondem a cada momento, organizando-se e agindo contra essas políticas, determinado pelas condições e criando-as simultaneamente. Mantendo a resistência ativa com unidade em determinados momentos, como na greve da Universidade Autônoma do México em 1999, a greve das universidades públicas no Brasil em

2001, onde professores, técnicos administrativos e estudantes demonstraram força, conseguindo conquistas importantes na luta pela educação pública. Entretanto, há momentos de refluxo, como a eleição do governo Lula, que com o "pacto social" retira as condições históricas dos trabalhadores avançarem na luta contra o capital e restabelecer a soberania e desenvolvimento do país. A conciliação de classes proposta pelo governo Lula mascara a luta de classes e acentua a crise para os trabalhadores, descarregando todo o peso da crise do capital sobre o trabalho.

Na conjuntura atual, após um período de greves em 2004 dos trabalhadores do serviço público, atacados pela reforma da previdência, tributária e agora em curso a Reforma Universitária, que são na verdade um ataque à soberania da nação e, portanto, a toda a população, é importante a percepção da necessidade de unificar as diversas categorias para impedir um maior avanço das políticas neoliberais. Nesse contexto, as perspectivas apontam para a necessidade de resistir e lutar por uma educação pública, gratuita e de qualidade, com-

---

<sup>4</sup> Segundo dados do IBGE no PNAD 2004 (Pesquisa Nacional por Amonstragem de Domicílios) 50,1% da população brasileira estão na faixa de renda de até 3 salários mínimos. Entretanto, as estatísticas da Educação Superior do INEP demonstram que, nas IES públicas, essa mesma faixa de renda está representando 26,5% dos alunos matriculados e IES privadas 12,9%.

preendendo-a como direito de todos e dever do Estado.

A resistência a essa situação está sendo construída por amplos setores, sendo que no campo da educação o Movimento Estudantil, em sua base, preserva as características combativas para enfrentar os desafios acarretados pela privatização, com organização e luta. O que está em jogo é a formação de gerações de profissionais que estarão sujeitos a um processo de formação determinado por diretrizes que expressam muito mais os interesses do capital do que os interesses da classe trabalhadora.

### O método como instrumental de análise

A posição que adotamos para analisar documentos oficiais do CBCE, do Confef/Cref e do MEEF, é fundamentada em determinada concepção de mundo que nos permite levantar as contradições dessas posições, inseridas na sociedade de classes, apontando as saídas superadoras na disputa de projetos para as DCN. Baseado na teoria do conhecimento que subsidie essa análise de conteúdo a partir do real concreto (KOSIK, 1976), buscamos na análise do embate de projetos e nas contradições, traçar estratégias

para os enfrentamentos da disputa de propostas para as DCN, considerando como destaca Frigotto que:

As abordagens teóricas, com as quais operamos apóiam-se, em última análise, em concepções epistemológicas da realidade e, mais amplamente, em determinadas visões de mundo. Estas visões não são alheias ao plano das relações sociais concretas (FRIGOTTO, 1998: 27).

Portanto, o entendimento do objeto de estudo exige que se reconheça a formação material do seu aparecimento e o seu desenvolvimento, ou seja, que se reconheça a fonte do desenvolvimento, da força motora que permite o avanço de um estágio ao outro. Esta fonte de desenvolvimento, esta força motora é a própria contradição.

Todo o conhecimento em seu desenvolvimento necessita ser desvelado em suas contradições, em seus aspectos e tendências contrárias, próprias de todas as coisas e fenômenos da realidade objetiva.

Esses contrários e essas contradições representam os aspectos cujos sentidos de transformação são opostos e cuja interação constitui a contradição ou a "luta" dos contrários. Os contrários estão em luta permanente e em permanente exclusão, no entanto, eles coexistem – a unidade dos contrários.

Esta unidade dos contrários mostra o que é comum aos contrários que estão inter relacionados, pois fazem parte de uma mesma formação. Os contrários são, portanto, aspectos diferentes de uma única e mesma essência, coincidem entre si, mas também se excluem, pois se têm a mesma essência, diferenciam-se nas determinações desta essência. Um exemplo disso são os projetos de formação de professores e as DCNs, que apesar de tratarem de uma única e mesma essência – de formação humana, diferenciam-se. Portanto, a identidade e a diferença dos contrários são necessárias à contradição.

A unidade dos contrários não exclui a luta. Esta luta é um ponto chave do desenvolvimento, do salto qualitativo de um estado ao outro. Este é, portanto, um momento importante da contradição. A contradição não é uma categoria estanca, fechada. Pelo contrário, é dinâmica e pressupõe em si mesma a contradição que lhe determina o movimento e lhe caracteriza por diferenças em seus níveis de manifestação. São, portanto, momentos da contradição à unidade dos contrários e a luta dos contrários que se excluem e se supõem mutuamente.

As contradições desenvolvem-se a partir das diferenças que constituem a forma geral do ser, e que é o estágio inicial da existência de contradições. Segundo Chep-

tulin (2004), o que faz as diferenças tornarem-se contradições

é o fato de que essas diferenças podem relacionar-se a tendências opostas da mudança desses ou daqueles aspectos em interação. Apenas os aspectos diferentes que têm tendências e orientações de mudança e de desenvolvimento diferentes encontram-se em contradição (p. 292).

Portanto, para Cheptulin (2004),

(...) contradição não é uma coisa fixa, imutável, mas encontra-se em movimento incessante, em mudança permanente, passando das formas inferiores às superiores, e vice-versa, enquanto os contrários passam um pelo outro, tornam-se idênticos, e a formação material que os possui propriamente entra em um novo estado qualitativo (p. 295).

É com este entendimento e tendo como categoria central deste estudo a contradição que o quadro teórico de referências passa a ser configurado, considerando-se a luta dos contrários em relação aos projetos de formação de professores de Educação Física e a Diretrizes Curriculares Nacionais em questão.

Para isso, nos apropriamos da teoria do conhecimento do Mate-

rialismo Histórico Dialético, considerando as propostas em conflito de acordo com a totalidade das relações sociais e produtivas (KUENZER, 1998), verificando a lógica interna, contextualizando para estabelecer as relações históricas, para que possamos compreender o fenômeno para além das aparências e assim desvendar seus traços essenciais (TAFFAREL, 1993).

## O conflito de projetos

As DCN são orientações do governo, visando direcionar o processo de formação humana nos projetos de escolarização do sistema nacional de educação, ou seja, representam a direção e a centralização da orientação curricular sob os auspícios do Estado. A partir das exigências estabelecidas pelo novo ordenamento legal da LDB (Lei nº. 9.394/96), os cursos de todo o país iniciaram as reformulações curriculares enquanto uma política educacional baseada em competências e habilidades, direcionando a formação para o atendimento da reestruturação produtiva do capital, restringindo a formação para as exigências do mercado de trabalho.

Traçar um histórico sobre essa questão é importante, pois trará à tona os fatos centrais que ocorreram até a aprovação das diretrizes, exporá a correlação de forças das

entidades e órgãos envolvidos no processo, levantará falhas na condução dos trabalhos e limites impostos para os movimentos sociais, principalmente, o Movimento Estudantil, e permitirá reconhecer os pontos de apoio para a continuidade da luta. Destacamos que esses acontecimentos históricos foram decisivos para a definição do projeto de formação aprovado pelo CNE e, expressam na sua essência, a posição de classe que cada segmento organizado da Educação Física sustenta.

A defesa de uma posição política caracteriza o Projeto Político Pedagógico que apresentam os sujeitos envolvidos no processo de reformulação curricular no país. Não há uma proposta de formação curricular na educação que não expresse qual projeto de formação aponta, e na definição das DCN este conflito está colocado basicamente na disputa de projetos pela caracterização da área, licenciatura ou bacharelado, e na definição do objeto de estudo, Cultura Corporal ou Atividade Física. Esta análise do conflito ocorre da própria organização da sociedade de classes e não se dá a partir de uma idéia ou aparência de divergências pontuais, como pontua Frigotto:

Dentro da tradição marxista, a perspectiva do conflito deriva não de uma escolha da vontade, mas da

própria materialidade das relações sociais ordenadas por uma estrutura classista (FRIGOTTO, 1998: 28).

Esse embate se expressa nos documentos apresentados, na resolução aprovada no CNE, na disputa prática, ou seja, nas intervenções dos setores organizados da área nas escolas de Educação Física ao longo do país, em suas Reformulações Curriculares, nos fóruns e encontros realizados para discussão da formação, e são definidos de acordo com a correlação de forças da sociedade de classes hoje, onde interesses antagônicos estão em jogo, de forma que se acirram com as condições objetivas de cada momento, como se expressou mais claramente essa disputa no processo de definição das DCN no ano de 2004.

O movimento desse embate, sua lógica interna, externa, os nexos e as determinações permitem reconhecer na área da Educação Física o confronto de projetos, considerando que a tendência hegemônica é a fragmentação do currículo, expresso na resolução 0138/02<sup>5</sup>, que advém de antigas resolu-

ções do Conselho Federal de Educação, como a 03/87 que extingue o currículo mínimo, orientando a organização curricular pleno por campos de conhecimento, dividindo em licenciatura e bacharelado a formação na educação básica e que está contido no parecer 009/2001e na resolução 07/04 aprovada pelo CNE em 31/03/04.

As três principais propostas em embate caracterizam o eixo das discussões para definição das DC para Educação Física. A primeira a ser analisada é a proposta do Confef, que estabelece a defesa da fragmentação dos currículos na Carta Brasileira de Educação Física onde caracteriza a intervenção profissional em campos formais e não formais<sup>6</sup>, posicionando-se legalmente a partir da lei 9696/98, interferindo na formação profissional enquanto organismo do capital na tentativa de sair da crise deste sistema e sustentando suas posições para a formação, atendendo ao mercado de trabalho (NOZAKI, 2004).

No embate de projetos de forma acirrada em 2003, o CBCE

<sup>5</sup> A resolução 0138/02 foi colocada para aprovação e retirada imediatamente por força da pressão de setores progressista da Educação Física, por considerar um retrocesso na área. O sistema Confef/Cref foi o formulador dessa proposta que instituía a formação dividida em licenciatura e bacharel, caracterizando campos de formação formal e não formal, concentrando a EF na área da saúde, desconsiderando todo o acúmulo da década de 80 e 90, onde foi proposto a superação desta herança restrita e técnica da área.

<sup>6</sup> Confef. Conselho Federal de Educação Física. Carta Brasileira de Educação Física, Belo Horizonte, 20/08/2000.

define como o consenso possível<sup>7</sup> a proposta alternativa da COESP/CNE (Comissão de Especialistas do Conselho Nacional de Educação). Esse consenso possível pautou-se na defesa da licenciatura ampliada e a Cultura Corporal do Movimento Humano como objeto de estudo. Este falso consenso é um retrocesso frente à possibilidade de avanço da área na defesa de um projeto político pedagógico que contemple o acúmulo histórico de um currículo pautado num modelo de formação, tendo como caracterização a licenciatura ampliada, e como objeto de estudo a Cultura Corporal para a formação na Educação Física. Essa posição situa-se em consonância com o momento conjuntural do pacto social, ou seja, da conciliação de posições antagônicas de classes, e que acarretam em perdas de direitos dos trabalhadores, pois a Educação Física não está fora das disputas da sociedade, como destaca Taffarel e Santos Jr:

A Educação Física, como área de formação profissional, como cam-

po de produção do conhecimento, como campo de vivências e experiências culturais, não pode ser vista fora da tendência destrutiva do atual modo de produção da vida (TAFFAREL; SANTOS JR, 2005: 115).

O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) ao coadunar com a proposta da Comissão de Especialistas, apresentou recuo nas discussões referentes à formação profissional e desconsiderou a posição do Grupo de Trabalho Temático (GTT) Formação Profissional e Mundo do Trabalho, que se colocou contra a proposta da Comissão de Especialistas, como podemos averiguar no documento denominado "Carta de Vitória", construído em reunião do referido GTT no dia 14 de dezembro de 2003.

<sup>7</sup> O texto da professora Zenólia Campos, na época em 2003/2004 coordenadora do GTT CBCE Formação Profissional e Mundo do Trabalho, defende esse consenso sendo a posição possível no embate de projetos na definição das DCN, contrariando a Carta de Vitória de 14/12/2003, ES. O CBCE adotou posição de apoio a construção deste falso consenso, apesar das divergências internas no GTT de Formação e Mundo do Trabalho, em Carta Pública, intitulada CARTA DE VITÓRIA. Essa posição de direção é caracterizada por Trotsky no Programa de Transição como o apodrecimento das condições objetivas do processo revolucionário e impedimento do avanço dos trabalhadores, em suma, a crise histórica da humanidade reduz-se a crise da direção.

## Movimento Estudantil de Educação Física: uma história de luta frente a discussão e a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais na área.

De fato, o Estado burguês quer educar as crianças? De que cidadãos têm necessidade? Antes de tudo, de cidadãos cujo cérebro nunca possa conceber a possibilidade de abalar as leis "imutáveis" do país. Do ponto de vista da lei, toda revolução é ilegal. PISTRAK (2003:171)

No contexto da sociedade de classes (MARX, 2001:23), o MEEF vem assumindo papel de sujeito histórico, chamando para si a responsabilidade de se posicionar frente ao avanço da mercantilização da educação e à fragmentação curricular aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) instituindo as Diretrizes Curriculares para a área. Com base na legitimidade da Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física (ExNEEF) e à luz do projeto histórico que supera o modo de produção capitalista, esta aponta como mais avançado a formação humana que atenda às demandas sociais de

nosso país.

O período de 2003 a 2005 foi quando se realizaram os mais importantes encontros que subsidiaram a proposta de formação humana do movimento, expressa nos documentos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais. Esse período foi o momento de definição da concepção de currículo que estaria em vigor para todo o país.

Após a Audiência Pública que a Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física participou em 1997, o Fórum de Campinas em 2003 e, com a criação do Conselho Federal de Educação Física em 1998, os embates na área tornaram-se mais explícitos, os diferentes projetos de formação vieram à tona, com conflitos que já caracterizavam o que viria a frente nos momentos de definições das novas Diretrizes Curriculares, quando os diversos setores da Educação Física tiveram que se posicionar.

O MEEF, impulsionado pelas constantes movimentações de enfrentamento às privatizações e à destruição dos serviços públicos, passa então, a reivindicar com mais força a reabertura das discussões acerca da Educação e, sobretudo, a questionar o papel da Universidade Pública em nossa sociedade, por compreender que ter acesso à educação deve significar a possibilidade concreta de domínio do instru-

mental teórico-prático que os homens produziram na caminhada civilizatória para entender e transformar a natureza, a história, a sociedade e a si mesmos.

Na posição historicamente construída pelo MEEF, dos enfrentamentos da sociedade de classes, da super-exploração do Trabalho pelo Capital, desregulamentação e flexibilização do trabalho e franco processo de destruição das forças produtivas, dominar o conhecimento deve significar o desafio e o encorajamento de cada um para que seja sujeito histórico de um projeto que aponte no sentido da superação das desigualdades, possibilidade colocada também no campo educacional. Portanto, a disputa de projetos expressa em torno do processo de definição das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) inscreve-se na disputa colocada na sociedade geral pela manutenção ou superação do modo que o capital organiza a vida.

O MEEF vem debatendo acerca do tema e resistido ao processo de mercantilização da educação pública nas duas últimas décadas, deliberando posições que visam contribuir com a discussão das DCN, mas acima de tudo, defender um determinado projeto de formação. Portanto, tratar da questão das diretrizes representa a definição do projeto político pedagógico dos cur-

sos, ou seja, definir que homem queremos formar, pois nenhum projeto de educação é desprovido de uma definição política de sociedade, de educação, de história. Tendo a forma como vem sendo conduzida a reformulação dos currículos hoje, representando o aprofundamento das políticas neoliberais, apontando para a desqualificação da formação.

A posição do MEEF caracterizou-se em destacar pontos centrais do processo de reformulação, como a condução dos trabalhos em Comissões de Especialistas, a fragmentação da área e o objeto de estudo. O primeiro ponto é essencial para compreendermos o porquê da restrição ao movimento ao propor contribuições ao debate das Diretrizes. As sucessivas Comissões de Especialistas (COESP/CNE) não contemplam uma ampla discussão e sua configuração determina a correlação de forças para a construção de uma proposta, sendo que sua visão restrita não encontra legitimidade na área; assim, os estudantes não compareceram onde estariam apenas legitimando o que não concordavam, pois na Comissão prevalecia outra posição, construída sem diálogo.

A insatisfação diante da forma com que vem sendo conduzido o processo é evidente, pois de maneira atropelada e em pequenos grupos é decidido o currículo da área. O MEEF entende que só com o

envolvimento de todos os setores do processo educacional, com amplos debates locais, regionais e nacionais; vislumbra-se uma forma democrática de construção de políticas públicas que atendam demandas sociais e não de mercado.

O segundo ponto é a questão de fundo onde situamos qual os motivos da fragmentação da formação do professor de Educação Física. No reordenamento do mundo do trabalho, o sistema Confef/Cref é o órgão responsável por implementar esses ajustes estruturais na nossa área, e para tanto não só tem a intenção de resguardar o profissional de Educação Física, mas intervém diretamente na construção das DC.

Essa possibilidade é dada a partir da resolução nº. 03/87, do Conselho Federal de Educação, que permite a criação do bacharelado na área, para suprir a demanda de formação para tal campo. Nozaki (2004) destaca que o Confef, a partir da reforma administrativa da década de 90, se beneficia enquanto órgão privado no Estado brasileiro e passa a intervir diretamente na área como fiscalizador e pretensamente responsável pela formação profissional. Assim, evidencia-se que fragmentar a nossa área é atender a uma demanda do sistema capitalista de formação para as novas leis de mercado, principalmen-

te, a partir de uma formação flexível, com base no ensino de competências e habilidades (de trabalho), que passam (garantindo a requalificação de um trabalhador obediente às necessidades do capital.) a ordenar as relações de trabalho e são colocadas como padrão a serem atingidos, como "resultados", dentro do processo de amoldamento dos trabalhadores à nova ordem social. Os indivíduos são obrigados a adaptar-se a nova realidade para manter seus empregos, mesmo que não consigam se inserir no mundo do trabalho, já que o aumento e a manutenção do exército de reserva, que fragiliza e fragmenta a classe trabalhadora perante o mercado, são partes integrais e necessárias para manter a ordem neoliberal em contexto mundial.

O terceiro ponto diz respeito ao objeto de estudo, ou seja, o projeto político pedagógico, os conteúdos que serão trabalhados durante o curso. A herança militar e médica do objeto de estudo da aptidão física restringe a intervenção na sociedade de forma crítico-superadora, tendo no fundo um claro interesse de atender a classe dominante. O objeto da Cultura Corporal corresponde ao acúmulo histórico da área, tecendo uma crítica ao modelo hegemônico, criticando essa concepção da Educação Física na área da saúde, trazendo à tona as contradições do sistema e assu-

mindos os conteúdos enquanto componentes históricos que atendam à classe trabalhadora (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Essas considerações do Movimento Estudantil sintetizam uma posição inserida num contexto de conflitos, e são deliberadas nos ENEEFs (Encontros Nacionais de Estudantes de Educação Física) que acontecem anualmente e são a maior instância deliberativa do MEEF. Neste sentido, analisando as propostas deliberadas nos seis últimos ENEEFs<sup>8</sup>, percebemos claramente a defesa de um projeto Político Pedagógico de formação humana fincada em pilares contra hegemônico, baseado no amplo debate e na unidade de ação como central na auto-organização dos estudantes. A regularidade das deliberações baseiam-se em:

1. Ampla discussão nacional, regional e local, nos encontros, na base do movimento nas escolas de Educação Física, buscando em conjunto com DAs e CAs realizar fóruns, seminários e organizando as intervenções no processo de Reformulação Curricular dos cursos no país, impondo avanços e mudan-

ças significativas nos currículos;

2. Luta unificada contra o sistema Confef/Cref e sua ingerência nas DCN, nas reformulações dos cursos, na privatização da Cultura Corporal e na repressão contra trabalhadores das tradições culturais e da área da Educação Física;

3. Atos Públicos em defesa das DCN pautadas na Licenciatura Ampliada, na Cultura Corporal como objeto de estudo, numa consistente base teórica, na unidade teoria-prática, na indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, numa formação humana crítica, criativa e superadora, na defesa da Educação Física enquanto Ciências Humanas, na docência como base da formação e num projeto político pedagógico comprometido com às lutas pela transformação social.

Essa regularidade se constituiu ao longo da década de 2000, principalmente, por ser um período de grandes mobilizações dos trabalhadores na defesa da Universidade Pública e por ser o período de definição do projeto de formação para a Educação Física pelo CNE.

A via institucional da luta por dentro do CNE intensifica-se no

---

<sup>8</sup> As propostas analisadas referem-se as deliberações da Plenária Final do: 21º ENEEF – de 22 a 29/09/2000 na UFRRJ, Seropédica, RJ; 22º ENEEF – de 22 a 29/07/2001 na UFES, Vitória do Espírito Santo, ES; 23º ENEEF – de 15 a 22/07/2002 na UEPA, Belém, PA; 24º ENEEF – de 23 a 30/08/2003 na UFPR, Curitiba, PR; 25º ENEEF – de 24 a 31/07/2004 na UNB, Brasília, DF; 26º ENEEF – de 05 a 12/08/2005 na UFBA, Salvador, BA.

ano de 2003, após os trabalhos da Comissão de Especialistas na elaboração de uma alternativa ao parecer 0138/02, onde novamente, houve pouco debate e pouca ampliação do processo de reformulação. Uma Audiência Pública é realizada em dezembro de 2003, com a participação dos diversos setores da área para tratar das Diretrizes Curriculares. Nesta audiência estiveram presentes, representantes do COESP/CNE, o Confef, o INEP, a SESU/MEC, o CBCE e o CONDIESEF (Coordenação Nacional de Diretores de Escolas Superiores de Educação Física), além da ExNEEF enquanto entidade representativa dos estudantes de todo o país.

As entidades presentes pouco criticaram o que estava sendo proposto, visto que, estas foram as proponentes da nova resolução na COESP/CNE. A única contraposição ao que estava estabelecido foi do Movimento Estudantil, que denunciou o falso consenso, repudiando a desqualificação do profissional já em sua formação acadêmica, com um currículo fragmentado, reivindicando a anulação do processo e reabertura do debate. Na tentativa de cooptar o MEEF para legitimar a pro-

posta, o presidente da mesa Éfrem Maranhão, propôs a formação de nova comissão para, no mês de janeiro de 2004, incorporar os destaques apresentados na audiência, sendo negado pelos estudantes essa tentativa. Toda essa pressão não impediu a aprovação da resolução 07/04 em 31/03/04, estabelecendo as novas DCN para os cursos de Educação Física.

O MEEF ratificou as posições dos encontros, colocando-se criticamente em relação à proposta de resolução<sup>9</sup>, repudiando a conciliação de posições antagônicas que acarretavam em equívocos epistemológicos, visto a unificação de concepções teóricas diferentes em uma mesma proposta. Reafirma a não existência de um consenso possível dentro da área, no que tange a caracterização do curso, ou seja, na fragmentação da formação em licenciatura e graduado (novo termo ao bacharel), e no objeto de estudo do Movimento Humano. Considerando um retrocesso nas discussões dentro da área, o direcionamento dos cursos de Educação Física na lógica da privatização e formação para o mercado, contida nas políticas edu-

<sup>9</sup> Com base no documento "Contribuições para as discussões das DCN dos cursos de Educação Física", aprovado no 24º ENEEF (agosto de 2003) e entregue na Audiência Pública, o MEEF ratificou a posição de um Projeto Político Pedagógico de formação baseado no acúmulo histórico da área para superação do modelo curricular imposto pelo capital para formação de professores na América Latina.

cacionais do governo Lula.

Após esse processo, a ExNEEF iniciou uma militância ao longo do país de denúncia desta aprovação e de debates intensos nos cursos para a garantia de Reformulações Curriculares a partir de um padrão único de formação, sem a fragmentação da área e na defesa do objeto de estudo da Cultura Corporal. A orientação da executiva<sup>10</sup> foi para inserção imediata de membros dos DAs e CAs nas comissões de reformulação dos cursos de Educação Física, garantindo a posição do Movimento Estudantil frente à posição de professores conservadores, principalmente, frente a ingerência do sistema Confef/Cref sob as diretrizes dos currículos das escolas de EF no país.

A partir do acúmulo desses debates e do direcionamento dado pelos Conselhos Regionais (COREEFs) e Nacionais de Entidades de Educação Física (CONEEFs), o 25º ENEEF é realizado em Brasília, na

UNB, de 24 a 31/07/04, tendo neste evento o ápice de nossas posições, com a organização do Ato Público em forma de ocupação do CNE, onde foi entregue uma pauta de reivindicação<sup>11</sup> exigindo, dentre outras coisas, a revogação das novas DCN (resolução nº. 07/04) e reabertura do processo de discussão da diretrizes, além de denunciar o falso consenso estabelecido e repudiar posições de conciliação de classes expressas por entidades científicas da área que ao longo dos anos haviam acumulado posições avançadas para a formação dos professores de Educação Física.

O contexto brasileiro neste período era de grande mobilização nacional para barrar a Reforma Universitária do governo Lula, BM e FMI, portanto, o MEEF não age sozinho ou isolado na conjuntura, e sim para além de questões relativas à área, sendo impulsionado pela luta mais geral dos trabalhadores em defesa do patrimônio público.

A ocupação do CNE não

<sup>10</sup> Os sinais dessa orientação da ExNEEF se expressa na aprovação de documentos como a Carta do GTT Diretrizes Curriculares do 11º EREEF da Regional 3, realizado em João Pessoa, PB, do dia 10 a 13 de junho de 2004, onde são reafirmados a posição contra a política imperialista que explora e aliena a classe trabalhadora, e a defesa de um currículo pautado na unidade teoria-prática, numa consistente base teórica, com referência social e no projeto histórico Socialista.

<sup>11</sup> A pauta de reivindicação continha também a exigência da revogação da portaria do INEP nº. 62, 03/06/2004, a revogação de todas as Comissões de Especialistas, a revogação da resolução 01 e 02/02 (que voga sobre a Formação de Professores), a implementação do Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira, a imediata reabertura do processo de decisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física e a realização de uma Audiência Pública. Além desse documento a ExNEEF intensificou a circulação do Abaixo Assinado com essas reivindicações, aprovados desde o 24º ENEEF e ratificado no 25º ENEEF.

acarretou em conquistas pontuais no que tange o atendimento da pauta de reivindicações, mas contribuiu significativamente na ampliação da organização e conscientização do papel de sujeito histórico dos estudantes, na formulação de estratégias e táticas de enfrentamento às políticas neoliberais em curso.

Devido à pressão do movimento na ocupação, a SESU/MEC financiou o Seminário Nacional Interativo de Diretrizes Curriculares: Contribuições do Movimento Estudantil de Educação Física<sup>12</sup>, onde a ExNEEF percorre o Brasil em diversos estados realizando uma ampla discussão nas escolas e intervenção no processo de Reformulação Curricular dos cursos, circulando o abaixo assinado para revogação das DC e ampliando a mobilização para o 26º ENEEF, em agosto de 2005 na Bahia.

Após a ocupação aconteceram reuniões de negociação com o CNE, sem avanço ou ganho substancial, mas importantes para analisar a necessidade da luta política para o atendimento da pauta. A primeira reunião ocorreu no dia 03 de agosto no CNE, na qual o presidente do

conselho Roberto Cláudio e o secretário da SESU/MEC Nelson Maculan mantiveram a postura de não mexer no que não tinham competência, argumentando preceitos legais e impossibilidades de se alterar o que já tinha sido aprovado. Um dia antes da segunda reunião, no dia 14/09, quando da realização do Fórum Brasil de Educação, promovido pelo CNE, a ExNEEF novamente realizou um ato manifestando a insatisfação frente à Reforma Universitária em curso, ressaltando que o movimento em prol da educação pública estava em luta para barrar essa reforma privatizante. No dia 15/09 ocorreu a segunda reunião com o CNE para tratar das problemáticas levantadas pelo MEEF, mas sem avanços novamente. No dia 21/02/05 acontece a terceira reunião, a convite do CNE, com participação do CBCE, sendo que antes da reunião oficial com os representantes do CNE, o CBCE e a ExNEEF reúnem-se no próprio conselho para uma articulação prévia.

A presidente da entidade professora Ana Márcia, a coordenadora do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho professora

<sup>12</sup> O Seminário Nacional não foi financiado em sua totalidade, somente as passagens e as diárias dos palestrantes foram subsidiadas pelo MEC, o que possibilitou a realização de três atividades oficiais e passadas em outros estados, sendo estes: 1. Belém/PA, nos dias 21 e 22 de maio de 2005, na Universidade Estadual do Pará. 2. Goiânia/GO, no dia 08 de junho de 2005, na Universidade estadual de Goiás. 3. João Pessoa/PB, nos dias 21 e 22 de julho de 2005, na Universidade Federal da Paraíba.

Zenólia Campos e o professor Matheus Saldanha da UFSM, convidado pelo CNE, ressaltam a necessidade de avançar em posições históricas, como a não fragmentação da área, da docência como base da formação e sobre o não aligeiramento dos cursos. Os representantes da ExNEEF Marcos Flávio, Paulo Riela, Gleison Gomes e Carlos Eduardo concordam com a posição, visto ser esta a posição do MEEF, e acrescentam que além da caracterização da área, na defesa da licenciatura ampliada, faz-se necessário a defesa do objeto de estudo para Cultura Corporal, acúmulo histórico da área e proposta do movimento para a formação em Educação Física. Mas, o documento apresentado pelo CBCE<sup>13</sup> de alteração do artigo 3 da resolução nº. 07/04 ao CNE pautava um possível consenso em cima do objeto de estudo, onde a entidade defendia um meio termo, a Cultura Corporal do Movimento Humano. A ExNEEF colocou a disposição na mesa os documentos que iriam apresentar na reunião, e que seria impossível rebaixar as bandeiras históricas defendidas pelo movimento, até porque, o 25º ENEEF havia deliberado sobre as DC, aprovando a proposta que estava sendo reenca-

minhada ao Conselho.

A reunião com os representantes do CNE aconteceu logo em seguida e contou com a presença do presidente Roberto Cláudio, dos membros da Câmara de Educação Superior, conselheiro Edson Nunes, conselheiro Artur Fonseca e conselheira Marília Ancona Lopez, do secretário executivo Ronaldo Mota, e de membros da Câmara de Educação Básica que chegaram durante a reunião. Estes insistiram na defesa da resolução nº. 07/04, propondo-se a criar uma comissão para verificar pontualmente as contribuições das entidades presentes. Desviaram a discussão quando o assunto foi a ingerência do Confef nas diretrizes, mesmo considerando um retrocesso para a Educação Física estar localizada na área da saúde.

A análise deste momento é necessária e preocupante. Necessária para avaliar a correlação de forças e traçar estratégias para os enfrentamentos seguintes e, preocupante quando a posição de uma entidade científica como o CBCE não sustenta uma proposta mais avançada, em consonância ao acúmulo histórico da EF. A entidade prende-se a uma relação com órgãos estatais que a submete a tomar de-

<sup>13</sup> Conforme documento do GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho, que propõe alteração de nova redação do artigo 3º da resolução 07/04 do CNE.

cisões que favoreçam o pacto social no qual o governo Lula foi eleito, rebaixando posições mais avançadas e ferindo a autonomia de uma entidade científica histórica, que deveria preservar a possibilidade de tecer as críticas profundas. Isso se expressa quando busca alterar artigos de uma proposta retalhada epistemologicamente, e com equívocos teóricos, quando tenta conciliar objetos de estudo antagônicos como a Cultura Corporal e o Movimento Humano, quando sustenta argumentações com base na lei e não expande a análise ao campo teórico-político, quando busca convencer um movimento organizado, a negociar pontos das divergências, impedindo de ir à raiz dos problemas para buscar superações.

Neste contexto, os estudantes se organizam para mais um encontro nacional - o 26º ENEEF, em Salvador, na UFBA, do dia 05 a 12 de agosto de 2005, com o eixo temático Formação Humana e Movimentos Sociais. Este encontro ocorre com uma programação voltada para aprofundar os conhecimentos sobre a proposta do MEEF/LEPEL acerca da formação, e sobre a relação com os Movimentos Sociais, de forma que o projeto político pedagógico possibilite formar estudantes conscientes do seu papel de sujeitos históricos, nas transformações sociais, necessárias ao modelo

desumano do capital organizar e produzir a vida. As ruas de Salvador foram o palco para estudantes de Educação Física de todo o Brasil reivindicarem, entre outras pautas, a revogação das atuais Diretrizes Curriculares. Mais uma vez, na plenária final do encontro a luta pela revogação das atuais DCN e a defesa da proposta do MEEF para a formação superior em Educação Física são ratificadas.

A partir das contradições analisadas é necessário unidade dos setores progressistas da Educação Física, no sentido de continuar realizando discussões referentes às Diretrizes Curriculares, defendendo uma proposta de formação que aponte para a superação do sistema capitalista, visto sua incorrigível e irreformável forma de organizar a vida humana, e para avançar é necessário unificar os pontos de apoio, como destaca Mészáros:

Apenas a mais consciente das ações coletivas poderá livrá-los dessa grave e paralisante situação. (MÉSZÁROS, 2004: 45).

## Conclusão

De vez em quando, os operários triunfam, mas sua vitória passageira. O resultado verdadeiro de suas lutas não o sucesso imediato, mas a extensão sempre maior da união dos operários. (MARX &

ENGELS, 2001:39)

A história tem demonstrado que todas as conquistas e direitos dos trabalhadores foram obtidas com longas, sistemáticas, incansáveis, árduas e muitas vezes cruéis lutas e enfrentamentos. Os tempos em que estamos vivendo so tempos em que as conquistas e os direitos dos trabalhadores estão sendo retirados, destruídos. Mas esta destruição não se dá fora do eixo da resistência. É nesta perspectiva que localizamos historicamente o MEEF. Ele está situado entre aqueles movimentos sociais que, de forma intransigente defendem reivindicações históricas da classe trabalhadora. É com base nestas reivindicações que se organiza a luta, a unidade e a ampliação do movimento.

Diante de um histórico de embate de projetos, a questão das diretrizes para a formação na universidade não é um problema restrito à Educação Física. Especificamente no caso das Diretrizes Curriculares dos cursos de Educação Física, o MEEF está pautando eixos centrais para um currículo coerente e que contenha elementos que possibilitem a auto-organização dos estudantes e apreensão dos instrumentos de análise da conjuntura, explicação das contradições e transformação social.

Baseado neste contexto pode-se constatar que o capital re-estrutura sua forma de domínio es-

tabelecendo novos organismos na sociedade para defesa do projeto de formação que atenda às necessidades do mercado de trabalho. O Confef é o organismo que vem sistematicamente reprimindo trabalhadores da cultura e criando mecanismos de ingerência na formação profissional da Educação Física para implementação de suas escusas propostas. Para isso o combate necessário, e o MEEF vem chamando para si a responsabilidade de enfrentar a lei e seus órgãos, contrapondo-se na defesa intransigente da Universidade Pública, direito de todos e dever do Estado, na Cultura construída historicamente e pertencente ao povo, não devendo em hipótese alguma ser privatizada. Cabe neste momento, com a luta específica, construir com os demais trabalhadores as formas de enfrentamento e as alternativas para organizar a vida na sociedade.

Portanto, reconhecemos nas posições do MEEF a última trincheira nesta luta por uma formação digna, calcada nos seguintes eixos para as Diretrizes Curriculares: a Licenciatura Ampliada, não a fragmentação do curso em Bacharel (graduado), entendendo o licenciado como quem está apto a agir, atuar, desenvolver a atividade docente em diferentes campos de trabalho, mediado pelo objeto de estudo - a Cultura Corporal; a Educação Física situada

na área das ciências humanas; o trabalho coletivo, solidário e interdisciplinar; o trabalho pedagógico como eixo articulador do conhecimento para a formação omnilateral; iniciação científica desde o primeiro semestre; indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão; unidade entre teoria/prática, que significa assumir uma postura em relação a produção do conhecimento científico que impregna a organização curricular dos cursos, tomando o trabalho como princípio educativo e como práxis social; a prática de ensino, o estágio supervisionado, atividades complementares e a monografia de base para trabalho de conclusão de curso.

Com isso necessário compreender que os limites constatados na realidade ocorrem pela falta de posicionamento crítico, portanto fazer o balanço deste embate imprescindível, pois trarão as possibilidades de unidade dos setores da Educação Física nos enfrentamentos contra a desqualificação da formação. Ampliar essa frente única pela revogação da lei 9696/98 e aglutinar forças para revogação da resolução nº. 07/04 so batalhas que s a prática e a unidade da luta terão como responder.

Reconhecemos neste contexto a luta dos estudantes inserida na luta internacional contra o capital, por ser uma necessidade, como destaca Mézaros:

É por isso que necessário romper a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2004: 27).

Sem isso a humanidade estará submetendo-se a uma lógica perversa de destruição do trabalhador e a caminho da barbárie. Contra isso lutam os estudantes, defendendo uma formação rumo a sociedade Socialista.

## Referências

- ALVES, Melina Silva. Diretrizes Curriculares Nacionais: um olhar através da vivência no Movimento Estudantil de Educação Física. Monografia setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.
- ANDERY, Maria Amália et al. Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2001.
- CBCF. Diretrizes Curriculares Formação profissional em Educação Física. GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho, SC, 19/11/2004.
- \_\_\_\_\_. Carta de Vitória. GTT Formação Profissional e Mundo do Trabalho, Vitória do Espírito Santo, ES, 14/12/2003.

- \_\_\_\_\_. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 23, n. 1, Campinas, SP: Autores Associados, setembro de 2001.
- CHEPTULIN, Alexandre. A Dialética Materialista: Categorias e Leis da Dialética, São Paulo: Alfa-Omega, 2004.
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.
- CONFEEF. Carta brasileira de Educação Física. Belo Horizonte, MG, 20/08/2000.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução nº. 07 de 31 de março de 2004.
- EXNEEF. Contribuição da ExNEEF para a Discussão das diretrizes Curriculares dos Cursos de Educação Física. 24º Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física, UFPR, Curitiba, PR, 2004.
- \_\_\_\_\_. Dossiê de Diretrizes Curriculares. Salvador, BA, 2005.
- \_\_\_\_\_. Movimento Estudantil e Currículo. Caderno de Debates. Pelotas: Editora UFPel, RS, 1995.
- \_\_\_\_\_. Movimento Estudantil e Socialismo. Caderno de Debates. Curitiba: Imprensa Universitária, UFPR, PR, 2000.
- \_\_\_\_\_. Proposta de Diretrizes Curriculares do Movimento Estudantil de Educação Física. Curitiba, PR, 2003.
- \_\_\_\_\_. Propostas aprovadas nos ENEEFs de 2000 a 2005.
- FIGUEIREDO, Zenólia Christina Campos (org). Formação profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho. Vol. 1. Vitória: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.
- FILHO, Nelson Figueiredo de Andrade e CAPARROZ, Francisco Eduardo (orgs). Educação Física Escolar: política, investigação e intervenção. Vol. 2. Vitória: UFES, LESEF; Uberlândia: UFU, NEPECC, 2004.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (org.) Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de fim de século. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GOMES, Álvaro (org). O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã (Feuerbach). 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

- \_\_\_\_\_. Manifesto do Partido Comunista. Porto Alegre: L&M, 2001, 2004.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.
- NOZAKI, Hajime Takeuchi. Educação Física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2004.
- PISTRAK, M.M. Fundamentos da Escola do Trabalho. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira. A formação de professores de Educação Física: a mediação dos parâmetros teórico-metodológico. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2005.
- TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. A formação profissional e as Diretrizes Curriculares do Programa Nacional de Graduação: o assalto às consciências e o amoldamento subjetivo. FAGED/UFBA: mimeo, 1998.
- \_\_\_\_\_. A formação do profissional da Educação: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- TROTSKY, Leon. Programa de transição. 3º ed. São Paulo: Sundermann 2003.

Recebido em: abril/2006  
Aprovado em: junho/2006